



4º Encontro Internacional de Política Social
11º Encontro Nacional de Política Social
Tema: Mobilidade do capital e barreiras às migrações:
desafios à Política Social
Vitória (ES, Brasil), 6 a 9 de junho de 2016

Eixo: Democracia, participação e movimentos sociais.

O GRÊMIO ESTUDANTIL COMO DISPOSITIVO DE ANÁLISE DAS PRÁTICAS DE PARTICIPAÇÃO ESCOLAR

Lorena Marques Freguete¹
 Camila Tobio Emmerich²
 Joyce Reis Machado³

Resumo

Este trabalho partilha resultados da pesquisa que focalizou a participação dos estudantes na gestão das políticas públicas de educação, acompanhando a implementação do grêmio estudantil em uma escola pública de ensino fundamental, em Cariacica (ES). O grêmio estudantil é um dispositivo potente de análise da dinâmica escolar e da gestão da escola. A pesquisa-intervenção foi utilizada como método de produção dos dados e de interferência no campo. Como resultado aponta-se o incremento da participação dos estudantes na gestão da escola e a problematização das práticas de tutela que permeiam a organização dos estudantes.

Palavras-chave: Políticas públicas. Gestão democrática. Grêmio estudantil. Juventude.

THE STUDENT COUNCIL AS A DEVICE OF ANALYSIS OF THE PRACTICES OF SCHOOL PARTICIPATION.

Abstract

This work sharing results of research that focused on student participation in the management of public policies on education, following the implementation of the student council in a public elementary school in Cariacica (ES). The student government is a powerful device analysis of school dynamics and school management. The intervention research was used as the production method of the data and the interference field. As a result points to the increase in student participation in school management and the questioning of supervisory practices that permeate the organization of students.

Keywords: Public policy. Democratic management. Student government. Youth.

INTRODUÇÃO

A pesquisa que aqui debatemos visou acompanhar a criação e implementação do grêmio estudantil em uma escola de ensino fundamental, entendendo-o como um dispositivo potente de análise dos processos que atravessam o cotidiano escolar, bem

como de participação na gestão de políticas públicas. Delimitamos o grêmio estudantil na escola localizada na região de Campo Verde, Cariacica (ES), por este se constituir como um dos primeiros grêmios estudantis em processo de criação na rede municipal.

A constituição de 1988 estabeleceu diversos procedimentos que visavam garantir a participação da população na gestão das políticas públicas. Contudo, duas décadas após sua aprovação nos deparamos com vários problemas no tocante à participação da população neste processo e ao próprio modo como a noção de comunidade ainda é abordada. Gotardo (2010, p. 4) aponta que a noção de comunidade hegemônica no campo da educação está demarcada por uma delimitação geográfica e por traços identitários. A autora indica que a comunidade deve ser definida pela “[...] potencialidade de comunicação com o Outro, pelo interstício, pela produção comum, pela capacidade de ações coletivas que não remetem à unidade, [...] uma comunidade menos de semelhanças que de diferenças.” Estas contribuições nos permitem perceber que o modo como se recorta o que é ou não uma comunidade, e a regulamentação dos modos de participação possíveis, inviabilizam e/ou potencializam a interferência da população na implementação das políticas públicas. Valla (2002), nas pesquisas que realizou, chamava atenção para que a participação popular, aceitável nos marcos da ordem institucional, muitas vezes é acionada para legitimar ações já definidas pelos governos locais. Discernindo entre controle social e controle público, este autor indicou que o controle público diz respeito à ativa participação das camadas populares na efetivação das políticas públicas, e não ao controle governamental que muitas vezes institui a participação popular nos limites dos marcos legais existentes. A participação popular envolve uma multiplicidade de ações, estratégias, astúcias, que as diferentes forças sociais criam para interferir na formulação, execução, fiscalização e avaliação das políticas públicas e dos serviços básicos na área social (VALLA, 2002, p.4). No que se refere à participação popular, os conselhos tem sido a ferramenta privilegiada de participação, restringindo por vezes as ações da população à presença em espaços burocráticos e pouco ‘representativos’, o que acaba por provocar um esvaziamento destes espaços. A participação social tem sido reduzida à participação-consulta, apaziguando as nossas interferências no campo dos direitos sociais e políticos e mingando-a a escolhas possíveis entre possibilidades já dadas; ou isso ou aquilo, ou

deste jeito ou de outro. Lidamos com políticas de privatização em que a população no lugar de exercício ativo passa a figurar como ator coadjuvante de decisões já propostas e tecidas individualmente, e a participação torna-se ferramenta de controle do social.

Focalizando a participação estudantil, estudos como os de Carlos (2006) e de Ildebrando (2012) indicam que a organização dos estudantes tem sido colocada à parte do sistema escolar, ficando vinculada à boa vontade de gestores da escola e dos professores, que se dispõe a prestar informações de como devem proceder para participar dos grêmios. A organização dos estudantes no espaço escolar foi alvo de inúmeras ações no regime militar visando controlar a ação estudantil. Com o Ato Institucional nº 5 de dezembro de 1968, os grêmios estudantis escolares foram substituídos por Centros Cívicos que se vinculavam ao Ministério da Educação, dependendo de orientações e verbas. Em 1985, já no período de redemocratização do Brasil, a lei n. 7398 de 04/11/1985 extinguiu os Centros Cívicos Escolares criados no regime militar e assegurou a organização de estudantes em grêmios estudantis. Contudo, no processo de criação dos dispositivos de participação na gestão escolar, incluídos na Constituição de 1988, os grêmios ocupam invariavelmente o último lugar nas prioridades dos gestores.

Ainda que nos últimos 08 anos as condições infra-estruturais das escolas municipais em Cariacica tenham sido alteradas substancialmente, acrescido das ações governamentais que abrangeram criação de mecanismos formais de participação na gestão das escolas - via política municipal de fortalecimento e criação de conselhos de escola (2006), eleição direta para direção das escolas (2009) e implantação do caixa escolar via Programa Federal Dinheiro na Escola (2005) –, o arrefecimento dessas lutas redundou em poucos avanços na construção coletiva dos princípios e diretrizes da gestão democrática da política educacional municipal. Em Cariacica, na região dois, apenas as escolas municipais contam com conselhos de escola e dispositivo de eleição da direção da escola com participação de trabalhadores, usuários e a comunidade. Apenas no ano de 2014 é que a Secretaria Municipal de Educação iniciou um processo de debate com as escolas municipais visando à criação de grêmios estudantis. As eleições para diretores de escola foram suspensas por força de ação do Ministério Público Estadual que contestou a constitucionalidade da lei municipal ao instituir estas eleições, ressaltando que a prerrogativa de nomeação do diretor de escola era do prefeito municipal uma vez que tal função é um cargo comissionado. Muitas movimentações

ocorreram em 2014 com a participação de diversos setores para criar estratégias de garantia da continuidade do processo de escolha do diretor por parte da comunidade escolar.

A política municipal de fomento à organização dos grêmios estudantis nas escolas públicas municipais ainda está em processo inicial. Em 2014 a SEME/Cariacica, por meio da gerência de Educação Cidadã - Coordenação de Gestão Democrática e Política Educacional -, com o objetivo de promover e orientar a implantação dos Grêmios Estudantis nas Unidades de Ensino (UE) da Rede Municipal de Cariacica, elaborou um documento norteador com propostas de ações e de organização sobre o processo de formação e funcionamento do Grêmio e apresentou à comunidade escolar. Este documento representou um movimento inicial provocando debates acerca da criação dos grêmios. Contudo, a proposição da SEME instituiu a função 'professor mediador' e já delineava um modo de funcionamento do grêmio de caráter representacional, com chapas, diretoria, associados, etc. Mais uma vez as práticas de verticalização da gestão escolar e de tutela da organização dos estudantes se fizeram presentes, apontando os desafios que os estudantes lidam no cotidiano escolar.

O percurso das pesquisas realizadas em Campo Verde, Cariacica (ES), mais especificamente junto ao Sistema Municipal de Ensino de Cariacica (ES), continua apontando que a implementação de canais formais de participação local na gestão das políticas públicas tem sido um grande desafio neste município. Entendemos que o grêmio estudantil é uma experiência potente de participação no cotidiano escolar. Neste sentido, seu processo de criação traz inúmeras indagações: Como os estudantes se organizam? Quais suas demandas? Quais estratégias utilizam para expressar suas proposições? Como a criação de um dispositivo como o grêmio estudantil interfere no cotidiano escolar? Como a escola lida com os exercícios de autonomia protagonizados pelos estudantes?

No que tange à produção acadêmica sobre grêmios estudantis os estudos ainda são reduzidos. Em debate efetuado por Carrano (2000) e em estudo feito por Ghanem (2004) foi registrado no início dos anos de 2000 o reduzido número de pesquisas que tomavam o grêmio estudantil como foco de análise. Os estudos sobre gestão democrática abarcam em sua maioria os conselhos de escola, a eleição de diretores, o cotidiano escolar. Estudos efetuados por Spósito (2009) apontavam que poucos eram os

trabalhos direcionados à participação de estudantes, em sua maioria focalizando estudantes secundaristas.

A partir da bibliografia consultada e do acompanhamento que o grupo de pesquisa tem efetuado na rede municipal de Cariacica, os dados produzidos indicam que o grêmio é um espaço importante de compartilhamento de experiências, de experimentação de modos de lidar com posições de vida diversas, de criação de estratégias de interferência na dinâmica escolar. Sobretudo, nos parece que o grêmio é um dispositivo potente para colocar em análise as relações de poder na escola (FOUCAULT, 2007), o lugar do aluno como destituído de saber, as práticas coletivas de gestão da escola, dentre tantas outras questões. Mas, cabe ressaltar que a existência de dispositivos de participação não garante que as práticas escolares se efetuem de modo dialógico e de modo menos vertical. O perigo é que o grêmio se configure como espaço de controle dos estudantes (CARLOS, 2006), de regulação de seus modos de organização e de participação, de tutela e regulamentação de suas vidas do que, efetivamente, em espaço de problematização.

É entre modos de participação consentidos e modos de participação indagadores do presente que estas experiências de participação da juventude se efetuem. Um dos processos que têm permeado estas experiências são os processos de tutela que os estudantes são alvo quando se organizam para criar espaços como um grêmio estudantil. Neste processo de criação atravessam modos de pensar a juventude, modos de fazer o processo de escolarização, dentre outros. Em suma, neste processo se atualizam práticas de resistência e também de regulamentação da vida (FOUCAULT, 2005). No que se refere aos objetivos dessa pesquisa o acompanhamento do processo de criação e implementação do grêmio estudantil contribui para debatermos as práticas de gestão da escola e o lugar que os estudantes têm ocupado neste processo.

DESENVOLVIMENTO

Nas pesquisas realizadas no grupo de pesquisa ao qual esta pesquisa se vincula temos utilizado a pesquisa-intervenção como método de produção de dados e de interferência no campo pesquisado. Com esta proposição ressalta-se a dimensão política que compõe um percurso de pesquisa; no caso deste projeto, o grêmio estudantil como dispositivo de análise do cotidiano escolar e do processo de democratização da gestão das políticas públicas em educação.

A pesquisa intervenção visa à interrogação das práticas naturalizadas que se materializam nos estabelecimentos. Parte do pressuposto que intervimos conhecendo. Este método se utiliza da construção de dispositivos de análise coletiva dos dados produzidos, de forma a interferir nos processos instituídos em dado campo. Objetiva ampliar os graus de comunicação entre os diversos grupos visando ampliar os graus de autonomia e de coletivização das práticas de gestão. Trata-se neste método de acentuar os participantes como sujeitos ativos da pesquisa (ROCHA; AGUIAR, 2003).

A pesquisa-intervenção, nessa pesquisa, abarcou como estratégias metodológicas:

- 1-Estudo das experiências de grêmios estudantis e de referências teóricas que auxiliaram na análise dos dados produzidos;
- 2-Mapeamento das experiências de criação de grêmios estudantis em escolas da rede municipal de Cariacica por meio de levantamento de dados junto à coordenação do Programa Escola Cidadã/SEME/Cariacica, responsável pelo acompanhamento da criação dos grêmios estudantis na rede municipal;
- 3-Acompanhamento das ações efetuadas no processo de criação e implementação dos grêmios estudantis na rede municipal de educação de Cariacica/ES e, particularmente na unidade escolar pesquisada;
- 4-Entrevistas com os participantes do processo de criação e implementação do grêmios estudantis visando compreender suas expectativas com relação à interferência do grêmios nas questões do cotidiano da escola;
- 5-Restituição dos dados e análises produzidas aos participantes do Grêmios estudantis e à comunidade escolar, objetivando ampliar os debates acerca da gestão democrática da escola.

A execução desta pesquisa-intervenção focalizou os alunos e também os trabalhadores da Escola de Ensino Fundamental em que atuamos, realizando intervenções que trouxeram a discussão acerca da organização do grêmios na escola, o seu modo de funcionamento, os impasses para a participação dos alunos, a problemática da falta de horário para o encontro dos estudantes, e o modelo de funcionamento da escola como um todo. A partir do entendimento da necessidade dos alunos se articularem politicamente como um corpo estudantis ativo e deliberativo, atuando para além da representação no Conselho de Escola, durante o período da pesquisa acompanhamos os estudantes na organização e implementação do grêmios, buscando apoiar e fortalecer a construção de um grêmios estudantis nesta unidade escolar. Partindo

dos aportes metodológicos da pesquisa-intervenção, compreendemos que nosso modo de fazer pesquisa opera no sentido de uma negação da suposta neutralidade científica e desnaturalização do modo de produção de conhecimento positivista (COIMBRA, 1995). A partir dessa concepção de produção de conhecimento, buscamos acolher as demandas produzidas pelo campo e provocar torções nos nossos objetivos iniciais, direcionando o trabalho também para o acompanhamento da construção desse importante espaço de compartilhamento de experiências, de experimentação de modos de lidar com posições de vida diversas, de criação de estratégias de interferência na dinâmica escolar.

É necessário que esse segmento estudantil se reconheça enquanto potentes atores nessa construção diária de uma escola outra. É preciso que ele se perceba e aos outros estudantes como protagonistas na construção da política educacional e interventores no modo de funcionamento escolar. O acompanhamento abarcou conversas com os estudantes dos turnos matutinos e vespertinos. As conversas foram efetuadas no espaço da escola, no momento do recreio, nos corredores, nas aulas vagas convidamos aos alunos para que pudessem conhecer e participar do grêmio. Nas reuniões do grêmio nos preocupamos em dialogar sobre o que é um Grêmio. Para efetuar este debate produzimos uma cartilha-folder com os estudantes participantes da comissão de criação do grêmio. Neste documento efetuado com os estudantes afirmava-se que:

O Grêmio é uma organização de estudantes na escola que permite que os alunos discutam, criem e fortaleçam ações dentro da escola e na comunidade ao redor. O Grêmio estudantil é independente da administração escolar. Podem ser feitos projetos em conjunto com a escola, porém sem que o grêmio perca a sua autonomia enquanto espaço gerido pelos estudantes. É um espaço de luta por direitos, por melhores qualidades de ensino, cultura, aprendizagem, interação e cidadania. (Cartilha do Grêmio da Escola elaborada pelos estudantes).

Muitos alunos chegaram a ir a uma ou duas reuniões do grêmio, mas depois não retornavam, acreditamos que isso tenha contribuído para o movimento de um grupo sempre diverso, com novas pessoas. Há uma alta rotatividade dos participantes, os grupos vão mudando ao longo do período, muitos alunos saem do grêmio e depois retornam.

Os alunos ainda não se vêem como autores independentes desse processo, a maioria das reuniões só tem acontecido quando algum participante do grupo de pesquisa está presente. Um dos pontos de tensão com o qual lidamos é o desafio de concretizar o

grêmio em meio a práticas que por vezes acabam por conduzirem ao silenciamento e a tutela. Práticas que reafirmam a relação dependente entre aluno-professor e, por conseguinte, uma relação de poder-saber em que a escola é autoridade maior. O processo de constituição do grêmio nos apontou a dificuldade em garantir a autonomia e o protagonismo da juventude nos espaços educacionais.

É possível perceber uma produção de medo que chega aos alunos através dessa hierarquia presente na instituição escolar. O simples fato de expor proposições se torna uma atitude desafiadora, pois a falta de autonomia por parte dos alunos corrobora para a falta de coragem na hora de expor suas propostas. Por vezes os alunos se calam perante situações por reconhecerem que não existe espaço para proporem suas ideias ou suas demandas. O diálogo de parceria entre professores, diretores, coordenadores e alunos é quase inexistente. Nesse sentido, ganha imensa relevância a necessidade de fortalecer a grupalidade da juventude por meio de dispositivos como o grêmio, para que possam expressar suas próprias demandas e desafios cotidianos e ampliar o diálogo entre os que compõem o cotidiano escolar.

Para dar concretude ao debate acerca da criação do Grêmio Estudantil utilizamos algumas estratégias como: a eleição do nome do grêmio e a produção do estatuto. Os estudantes escolheram previamente alguns nomes para ir à votação e produziram as cédulas e uma urna, passaram nas salas de aulas, avisando sobre o dia e horário da eleição, o nome eleito foi: Grêmio Escola da Mudança. Na pesquisa intervenção é necessário criar ferramentas de produção de dados em que os participantes da pesquisa sejam sujeitos desta produção e não objeto.

Quanto aos alunos do turno vespertino, a problemática do horário para o encontro entre os estudantes esteve presente durante todo o processo. A escola não dispôs nenhum momento de qualquer alternativa para que as reuniões pudessem acontecer. Os alunos desse turno têm se encontrado trinta minutos antes do início da aula e esse tempo não é suficiente para dar conta das demandas do grêmio. A escola alega que precisa garantir que o conteúdo programado seja dado, não havendo assim um horário para o grêmio dentro do planejamento escolar.

Autores como Dayrell (2007) e Martins (2010) apontam que o funcionamento hierárquico da escola e a centralização e verticalização das relações de poder são desafios e obstáculos que os jovens enfrentam no cotidiano escolar. Martins e Dayrell (2013) apontam que os jovens não se educam exclusivamente no espaço escolar e que as

experiências tecidas em diversos espaços sociais comumente não são consideradas legítimas pela instituição escola. Deste modo, ressaltam os autores, há uma tendência da escola em não considerar como processo formativo a participação dos estudantes. Contudo, é importante ressaltar que o grêmio pode se constituir em um espaço disparador de produção de subjetividade coletivas emancipatórias, como Ferreira (2002) apontou em seu estudo.

Por isso, no turno matutino, foi presente, da mesma forma, certa complicação com os horários das reuniões, que tiveram de ser transferidas pelo desencontro do horário dos alunos e da escola. Os alunos do turno matutino possuíam seu contra turno geralmente ocupado com serviços, tanto em suas casas quanto em estabelecimentos comerciais. Enquanto isso nota-se novamente, como indicam Martins e Dayrell (2013), que a escola tem dificuldade de perceber o espaço do grêmio como sendo parte de um processo de formação, já que existiu muita resistência na liberação de alguns alunos para participarem de reuniões (mesmo rápidas) em horário de aula também na manhã. Sendo assim, o processo de constituição do grêmio expressou uma série de naturalizações, colocando em análise as práticas educacionais e os discursos de participação cidadã que são reproduzidos incansavelmente no cotidiano escolar.

Dessa forma, as reuniões do turno matutino ocorreram no horário de recreio, o que nos possibilitou observar novas questões. Por um lado, os alunos do grêmio apontaram que um dos motivos que dificultaria o interesse dos estudantes seria o horário da reunião no recreio, já que esse seria o único momento em que eles estariam “livres” da sala de aula. Essa fala foi de extrema importância, pois nos lembrou também de todas as reclamações feitas de que os alunos corriam muito no recreio e de seu comportamento excessivamente agitado. Outro fato condizente com os apresentados acima era a presença de alguns alunos que geralmente não participavam do grêmio no fim da reunião, já que às vezes ficávamos reunidos alguns minutos além dos reservados ao intervalo e eles não queriam entrar na sala de aula.

Compreendemos, assim, que existe certo desejo de escape da sala de aula, o que nos permite o questionamento de que modelo de educação vem sendo produzido e reproduzido para que exista essa aspiração ao lado de fora da porta e do portão. De acordo com Lobo (1989), ao valorizarmos somente o saber científico na sala de aula e desprezarmos o conhecimento que os alunos possuem de sua própria cultura e aprendizagem, justificamos a dominação de um saber sobre o outro. Sendo assim, as

práticas da sala de aula são geralmente caracterizadas por extrema homogeneização e controle, sendo a sala de aula não a única, mas o grande centro para isso. Discute-se, então, que o grêmio seria um dos dispositivos para a construção de uma sala de aula com os alunos, sendo assim, mais heterogênea e interessante para eles. Não podemos desconhecer também a advertência de Dayrell (2006) *apud* Martins (2010, p. 74), “[...] na medida em que a escola não incentiva o encontro, ou ao contrário, dificulta a sua concretização, ele se dá sempre em curtos espaços de tempo permitidos ou em situações de transgressão” (p.149).

Mas não podemos desconhecer que tais questões também colocam em cena o modo como o processo de trabalho vem se efetuando na escola. O trabalho fragmentado e segmentarizado, com poucos espaços de comunicação e conversa, vê sua organização em risco quando algum burburinho retira provisoriamente a ordem do lugar. Ao mesmo tempo, não podemos desconhecer também que as dificuldades da instituição escola abrir-se à interferência dos estudantes está relacionada ao modo como as práticas autoritárias se ancoraram no espaço escolar. Nos anos de 1960, Paulo Freire (1978) já nos advertia para os efeitos de uma educação bancária em que os alunos são vistos como destituídos de saber, como sujeitos sem voz.

Visto isso, é esperado que a formação de um grêmio nesta escola, e poderia ser em qualquer outra, encontre dificuldades materiais e subjetivas para sua concretude. O modo de funcionamento dos estudantes frente à realização das etapas concernentes a produção de um grêmio (implantação, realização das reuniões, deliberações subsequentes às reuniões) é a corporificação, na relação aluno-aluno, dessas práticas autoritárias e despotencializadoras de autonomia. Vale lembrar que a aposta feita na construção de um espaço de interação dos alunos foi/é dar-lhes ferramentas para libertarem-se dessa carapaça rígida e mortificadora para dar lugar a corpos flexíveis e criadores.

O processo de constituição do grêmio é lento, frente aos problemas e dificuldades com os quais lida. Neste momento os estudantes estão construindo o Estatuto do grêmio e aqui novas sutilezas entram em cena. Como não repetir, sem qualquer discussão, modelos da democracia representativa que vem sendo arguida em nosso país? Os estudantes vêm experimentando o debate acerca do modo como vão delinear o funcionamento do grêmio, driblando as dificuldades e a inexistência de apoio concreto para esta ação.

No tocante aos grêmios em funcionamento da Rede Municipal de Cariacica, a Coordenação de Gestão Democrática e Política Educacional não pode avançar no processo de implementação dos grêmios nas escolas municipais. A criação dos grêmios tem ficado na dependência de algum apoio dos diretores das escolas. Neste processo, a troca de secretário de educação tem interferido produzindo mais descontinuidade nesta política de organização dos grêmios nas unidades de ensino. Em 03 anos de gestão do atual prefeito a secretaria de educação já contou com alteração do responsável por sua gestão em 03 momentos, interferindo negativamente na condução deste processo.

O documento norteador do processo de implementação dos grêmios elaborada em 2014 e enviado para as escolas apresentava a metodologia de trabalho que poderia ser usada pelos professores mediadores na construção dos grêmios estudantis. Ainda que a apresentação de uma política de organização de grêmios seja importante para fomentar debates no cotidiano escolar, consideramos necessário debater que tal proposição expressa certa forma de pensar a organização estudantil e, como tal, corre o risco de delinear-se de acordo com tais concepções. A equipe desta pesquisa participou dos debates de construção deste documento norteador, apontando os riscos de produção de tutela que a figura do professor mediador pode ajudar a fortalecer. O grêmio que o documento norteador delineia está assentado em certa noção de democracia, de participação, de organização estudantil, que pode não ser a almejada pelo coletivo de estudantes municipais. Ainda com este risco, o que acompanhamos foi um grande processo de silêncio por parte das escolas com relação à implementação dos grêmios. A maioria das escolas municipais de Cariacica não conta até o ano de 2015 com grêmios criados e em funcionamento.

Com relação à expectativa dos estudantes de interferência do grêmio nas questões do cotidiano da escola, vimos que a cada encontro para tratar da implementação do grêmio os estudantes enunciavam as dificuldades e impasses que vivem no cotidiano escolar. Tais impasses fazem com que em muitos momentos eles se perguntassem se o grêmio de fato poderia mudar algumas práticas vivenciadas no cotidiano escolar. Neste sentido, a constituição do grêmio se mostrava como um importante espaço de construção de novas sociabilidades. Trocando as dificuldades vividas os estudantes também criavam estratégias para lidar com os problemas, aprendiam como encaminhar suas demandas, negociavam propostas, se responsabilizavam em conduzir suas proposições. Por exemplo, no processo de acompanhamento da criação do grêmio a

questão do saneamento foi debatida pelos estudantes e encaminhada à direção da escola. Outra situação experimentada foi a avaliação feita pelos estudantes durante as reuniões do grêmio de que seria possível e necessário criar uma horta na escola. A horta foi criada e os estudantes estão cuidando deste projeto.

O processo de acompanhamento da constituição do grêmio em uma escola pública municipal em Cariacica nos aponta que o cotidiano escolar, em seu modo de funcionamento hierárquico e autoritário, é pouco propício para ações participativas, como apontam os estudos de Pescuma (apud CARRANO, 2000). Neste sentido a análise de Carrano é fundamental quando diz que

No momento em que não há impedimentos formais para a organização – pelo contrário existe legislação específica que garante o direito à organização estudantil, vive-se um quadro de desmobilização e desinteresse diante desse tipo de participação política. Esse é um problema que precisa ser aprofundado, pois existe uma crise real de representação das entidades estudantis, que cobra a dedicação de investigações do campo educacional. (CARRANO, 2000, p. 282).

Este processo de acompanhamento aponta também a importância de incluirmos no debate as vivências dos estudantes no tocante aos processos de participação. A maioria dos estudantes pouco experimentou exercícios de autonomia no cotidiano escolar e de interferência nas questões da escola. Ao mesmo tempo, a participação em instituições formais via dispositivos da democracia representativa tem sido colocada em debate pelos jovens nos últimos anos. Assim é que Spósito (2000) afirma,

Parte das análises, cujo modelo simbólico muitas vezes está radicado em 1968, reconhece o arrefecimento do movimento estudantil que atinge grande parcela dos atuais alunos do ensino superior e médio, mas não considera o quadro de crise das formas tradicionais de ação no sistema político institucional que atinge o conjunto da sociedade. Essa crise anuncia, há alguns anos, processos de mutação que projetariam outras relações no campo da política, imprimindo novos significados à própria noção de participação ou de militância política. (SPOSITO, 2000, p. 78).

Por fim, consideramos que a experimentação que os estudantes têm efetuado na escola que acompanhamos nos traz inúmeras indagações. A pesquisa indica que os estudantes criam um modo próprio de se organizar e conversar para driblar, inclusive, a divisão da escola em turnos que dificulta a comunicação entre os estudantes dos diferentes turnos. Como registram outros trabalhos que trataram desta temática (grêmio estudantil), os estudantes longe de serem ‘imatuross’, ‘irresponsáveis’, ‘desorganizados’, são hábeis criadores de estratégias. Em pesquisa sobre grêmio estudantil realizada em

Minas Gerais, em uma escola pública, Martins registrou uma dinâmica singular no modo de organização e funcionamento do grêmio.

O que, para quem está de fora, pode parecer uma total falta de organização, se mostra uma forma de superar dificuldades. A falta de calendário pode ser então entendida como uma estratégia para possibilitar o exercício participativo, uma forma de transpor as dificuldades entre a lógica da escola e a lógica da participação, possivelmente, sem essa estratégia, as atividades a serem desenvolvidas ocorreriam com maior dificuldade ou nem ocorreriam. (MARTINS, 2010, p. 92).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa indicou que processos de formação estão em curso no decorrer da experimentação da constituição do grêmio. Práticas de uma educação não-formal que produzem modos de vida interferem no sentido que conferem à escola, permitem colocar em análise vivências de preconceito, de partilha da vida, de moralização e desqualificação que vivem no cotidiano escolar. Não à toa, o nome escolhido pelos estudantes para nomear o grêmio foi: Grêmio - Escola da Mudança.

A produção de autonomia se transforma em desafio imperativo a partir das linhas e forças de saber- poder que oscilam entre práticas de cuidado e tutela. Dessa forma, entendendo que a produção de autonomia pelos alunos é imprescindível e ainda muito precarizada, atuamos na tentativa de fomentar esse exercício pelos alunos. Compreendemos que, com isso, deveriam ser fortalecidas também práticas de diálogo, necessárias quando se aposta na produção de algo efetivamente coletivo.

Põe-se, assim, a construção de espaços para práticas de democracia na escola como um desafio e, não obstante, buscamos construir e reconstruir caminhos nesta pesquisa que viabilizassem e não obstaculizassem esse exercício. Para isso, são necessárias e interessantes as intervenções que nutrem a análise das práticas instituídas na escola, fazendo com que se pensem novas formas de democratização e de um cotidiano sem silenciamentos. Neste processo está em curso o aprendizado ainda despoticizador que a cidadania no Brasil inicia com a obediência e o cumprimento de deveres, para depois iniciarmos a conversa acerca dos nossos direitos.

A participação envolve tensionamento, dissenso, conversação, negociação, comunicação entre diversos e díspares. Participar do grêmio tem se efetuado como um aprender-fazendo que se constitui no caminhar. A existência do grêmio em si mesmo

não redundando em mais democracia, mais justiça, mais cidadania. Mas pode ser um aliado importante na ampliação da comunicação na escola, na superação de práticas verticalizadas, na criação de espaços de compartilhamento de experiências. O grêmio, de fato, se constitui como um potente dispositivo analisador das práticas hierarquizadas na escola, do lugar do aluno como aquele que pouco sabe de si, como corpo desqualificado, da dissonância entre as práticas que se efetivam no cotidiano escolar e os discursos a favor da cidadania e participação, que estão grafados nas cartas programáticas das políticas educacionais e nos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) redigidos nas escolas. Mas também um potente dispositivo de criação de possíveis, de experimentação da difícil arte da negociação, da conversa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília (DF): Senado Federal, 1988.

CARRANO, Paulo César Rodrigues. Jovens e participação política. In: SPOSITO, Marília (Org.). **Juventude e escolarização (1980/1998)**. Brasília: MEC/INEP, 2000. (Série Estado do Conhecimento).

CARLOS, Aparecida da Graça. **Grêmios Estudantis e participação do estudante**. Dissertação (Mestrado em Educação)-Faculdade de Educação da PUC, São Paulo, 2006.

DAYRELL, J. T. A escola faz as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n.100, 2007.

FERREIRA, S. C. **Grêmios estudantis: um disparador de subjetividades coletivas emancipatórias**. 2002. 191 p. Tese (Doutorado)-Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

GHAREM, Elie. Educação e participação no Brasil: um retrato aproximado de trabalhos entre 1995 e 2003. **Educação e Pesquisa** – Revista de educação da USP, São Paulo, n.1, v. 30, p. 161-188, jan./abr. 2004.

GOTARDO, S. **Políticas de comunidade nos terrenos da educação**. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

ILDEBRANDO, A. G. **O grêmio estudantil de uma Escola Municipal de Ensino Fundamental de São Paulo e a relação no processo de formação da cidadania dos alunos**. Dissertação (Mestrado em Educação)-Faculdade de Educação da PUC, São Paulo, 2012.

LOBO, L. F. Crônica da escola assassinada, **Rev. Dep. Psicol., UFF**, Niterói, v.1, n. 1, p. 59-67, 1989.

MARTINS, F. A. S. **A voz do estudante na educação pública**: um estudo sobre participação de jovens por meio do grêmio estudantil. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-Graduação em Educação, UFMG, Belo Horizonte, 2010.

MARTINS, F. A. S.; DAYRELL, J. T. Juventude e Participação: o grêmio estudantil como espaço educativo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 38, n.4, p. 1267-1282, 2013.

MENDES, F. B. **“um grêmio estudantil mais politizado”**: formas de engajamento e construção identitária em um grêmio estudantil. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, PUC/RS, Porto Alegre, 2011.

ROCHA, M. L.; AGUIAR, K. F. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília (DF), v. 23, n. 4, p. 64-73, dez. 2003.

SPOSITO, Marília Pontes. Algumas hipóteses sobre as relações entre movimentos sociais, juventude e educação. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo: ANPED, n. 13, 2000.

SPOSITO, Marília *et al.*. Estudos sobre jovens na interface com a política. In: SPOSITO, Marília (coord.). **O Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira**: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006). Vol. 2. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

TRAUTWEIN, Carmen T. G. e NEBIAS, Cleide. A queixa escolar por quem não se queixa: o aluno. **Mental**, v. 4, n. 6, p. 123-148, 2006.

VALLA, Victor Vincent. Prefácio: Controle social ou controle público? Uma contribuição ao debate sobre controle social. In: WENDHANSEN, Águeda. **O duplo sentido do controle social**: (des)caminhos da participação em saúde. Itajaí: Univali, 2002.